

Objetivos Comuns:

**O Presente e o Futuro da Cooperação para
o Desenvolvimento dos Direitos Humanos
entre a China e os Estados da América
Latina e do Caribe**

**Sociedade Chinesa de Estudos
de Direitos Humanos (CSHRS)**

**Instituto Chongyang de Estudos Financeiros
da Universidade Renmin da China (RDCY)**

**Faculdade de Direito da
Universidade Federal Fluminense (FD-UFF)**

10 de Setembro de 2024 Rio de Janeiro, Brasil

Abstract

▪ A hegemonia, a política de poder, os conflitos regionais, a desaceleração do crescimento, a mudança climática e outros fatores no mundo atual, são ameaça às garantias de direitos humanos de todos os países, o déficit mundial de governança de direitos humanos é destacado, e o desenvolvimento dos direitos humanos enfrenta sérios desafios.

▪ A Cooperação para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos entre a China e os estados da América Latina e do Caribe (ALC) é uma iniciativa importante para o desenvolvimento dos direitos humanos é amplamente esperada pela comunidade internacional. A China e os Estados Latino-Americanos e Caribenhos representam cerca de 1/5 área de terra, e quase 1/3 da população mundial. Como forças importantes no cenário mundial, os dois lados precisam urgentemente trabalhar juntos para enfrentar uma série de dilemas e desafios nas questões globais de direitos humanos.

▪ A China e a ALC precisam construir um consenso mais amplo sobre os direitos humanos por meio da cooperação no desenvolvimento dos direitos humanos, fortalecer a capacidade mútua de proteger os direitos humanos e aumentar a voz dos países do Sul Global na governança global dos direitos humanos, de modo a contribuir conjuntamente para a governança global dos direitos humanos e para o desenvolvimento dos esforços mundiais de direitos humanos. Ele tem o potencial de harmonizar diferentes tradições

culturais e pluralizar o potencial inerentemente conflituoso e transformador da linguagem e do processo de realização dos direitos humanos.

- Nos últimos anos, a China e os estados da América Latina e do Caribe continuaram a fazer novos progressos no desenvolvimento dos direitos humanos. A China pratica o conceito de promoção dos direitos humanos por desenvolvimento, insistindo que o desenvolvimento é para o povo, o desenvolvimento depende do povo e os frutos do desenvolvimento são compartilhados pelo povo. Desde a reforma e a abertura da China, 770 milhões de pessoas pobres da zona rural saíram da pobreza; de acordo com os padrões internacionais de pobreza do Banco Mundial, a redução da pobreza na China foi responsável por mais de 70% da redução da pobreza global no mesmo período. Em 2023, o PIB per capita da China atingiu cerca de US\$ 12 614, aumentando a capacidade científica, tecnológica e industrial, e criando condições económicas, sociais e culturais mais favoráveis para o desenvolvimento humano global.

- Nos últimos anos, os Estados da ALC também continuaram a explorar seus modelos de desenvolvimento, dando maior ênfase à garantia e à melhoria de subsistência das pessoas, à promoção da equidade social e à elevação dos padrões de vida dos grupos de baixo rendimento. Eles adotaram uma série de medidas proativas para reduzir a pobreza e ganharam resultados positivos. Nos últimos anos os Estados da ALC têm também prestado mais atenção ao direito ambiental, representado pela garantia ambiental e pelo desenvolvimento verde. O governo Lula do Brasil lançou o Plano de Transformação Ecológica, estabelecendo metas mais

ambiciosas.

- A China e os estados da ALC promoveram muitos consensos sobre questões de direitos humanos por meio de comunicação e cooperação. A China e a ALC concordam que todos os países precisam de caminhos abertos para o desenvolvimento dos direitos humanos com base nas próprias condições nacionais; sem garantir o direito à subsistência e o direito ao desenvolvimento, a realização de outros direitos humanos será um desafio; e os países do Sul Global devem trabalhar juntos para desempenhar um papel importante na governança global dos direitos humanos. Os países do Sul Global devem trabalhar juntos para desempenhar um papel importante na governança global dos direitos humanos.

- A cooperação em direitos humanos entre a China e a ALC está enraizada nas amplas colaborações existentes em vários setores, incluindo economia, comércio, bem-estar social, saúde, educação, proteção ambiental etc. Em 2022, o volume de comércio de mercadorias entre a China e a ALC atingiu quase US\$ 500 bilhões, 35 vezes o valor de 2000. Desde 2012, a China tem sido consistentemente o segundo maior parceiro comercial da ALC e a terceira maior fonte de investimentos. Nos últimos anos, a China e os estados da ALC também formaram uma série de cooperação e consenso em novos setores de energia, aeroespacial e outros emergentes, que se tornaram modelos de cooperação do Sul Global, estabelecendo uma base sólida para a futura cooperação no desenvolvimento dos direitos humanos.

- Nos últimos anos, a China e a ALC têm liderado ativamente a criação de agendas internacionais de direitos

humanos, defendendo uma governança global mais justa, equitativa, razoável e inclusiva, opondo-se ao uso dos direitos humanos como uma ferramenta para o unilateralismo e o comportamento hegemônico e apoiando o funcionamento imparcial e objetivo das organizações de direitos humanos das Nações Unidas. O envolvimento e as contribuições da China e da ALC para a governança global dos direitos humanos têm aumentado constantemente.

- A cooperação China-ALC no desenvolvimento dos direitos humanos é uma parte importante da cooperação Sul-Sul, mostrando perspectivas promissoras para o futuro. Olhando para o futuro, a Cooperação para o Desenvolvimento dos Direitos Humanos entre a China e os Estados da América Latina e do Caribe deve: Primeiro, fortalecer o intercâmbio e a compreensão mútua de direitos humanos, formando mais consenso sobre direitos humanos. Segundo, opor-se à instrumentalização das questões de direitos humanos, e promover uma governança global de direitos humanos mais razoável e inclusiva. Terceiro, sempre aderir ao princípio central de "promover os direitos humanos através do desenvolvimento", dar as mãos para promover o progresso dos direitos humanos e se tornar um modelo de cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos no Sul Global.

Catálogo

Prefácio	7
I. Défice de Governança Global de Direitos Humanos Exige Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da a China e a ALC	10
1. Dificuldades e desafios na governança global de direitos humanos	10
2. Necessidade e possibilidade de cooperação para desenvolvimento de direitos humanos da a China e a ALC	13
II. Análise do Desenvolvimento e Intercâmbio e Cooperação para de Direitos Humanos da a China e a ALC	15
1. Progresso significativo no desenvolvimento dos direitos humanos	15
2. Os intercâmbios de direitos humanos reúnem muitos consensos	18
3. Diversas cooperação promover desenvolvimento dos direitos humanos	21
4. Trabalham juntas para melhorar governança global de direitos humanos	26
III. Perspectivas Futuras da Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC	28
1. Fortalecer intercâmbio e compreensão mútua de direitos humanos, formando mais consenso sobre direitos humanos	28
2. Opor-se à instrumentalização das questões de direitos humanos, lutar por uma governança global de direitos humanos mais justa, equitativa, razoável e inclusiva	30
3. Dar as mãos no desenvolvimento para avançar direitos humanos, e tornar-se um modelo de cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos no Sul global	31

Prefácio

Atualmente, as mudanças no mundo, as mudanças nos tempos e as mudanças na história estão se desenrolando de uma maneira sem precedentes. A situação internacional volátil trouxe à tona o déficit global de direitos humanos, e garantias de direitos humanos mundiais estão enfrentando sérios desafios.

No início de 2024, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Guterres, ao delinear suas prioridades anuais, disse com pesar que, a paz mundial está ameaçada com a intensificação dos conflitos mundiais e das divisões geopolíticas; a paz no seio das diferentes comunidades é minada com o agravamento da polarização e o espezinhamento dos direitos humanos; e a paz da justiça é abalada com o aumento das desigualdades.¹

Neste contexto, a China e os Estados Latino-Americanos e Caribenhos (ALC), enquanto maior país em desenvolvimento do mundo e uma das regiões com maior concentração de países do Sul global, respetivamente, são amplamente esperadas pela comunidade internacional para cooperarem no desenvolvimento dos direitos humanos.

O desenvolvimento dos direitos humanos na China e nos países da ALC é caracterizado pela semelhança histórica, pela semelhança filosófica, pela convergência de objetivos e por

¹ UN, *In Today's Troubled World, Building Peace 'Humanity's Greatest Responsibility'*, Secretary-General Stresses, *Outlining Organization's Priorities for 2024*, <https://press.un.org/en/2024/sgsm22127.doc.htm>, August 21, 2024.

caminhos semelhantes. Historicamente, a China e os países da ALC têm muito em comum em suas respectivas lutas pela independência nacional, libertação nacional e construção de suas pátrias. Nos últimos anos, a China e os países da ALC alcançaram uma série de resultados nas áreas de confiança mútua estratégica, cooperação econômica e comercial, proteção ambiental e intercâmbio cultural, estabelecendo uma base sólida para a Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da a China e a ALC; Em questões relacionadas aos direitos humanos no país e no exterior, a China e os países da ALC têm se ajudado mutuamente, forjando consenso e promovendo o desenvolvimento contínuo da filosofia de direitos humanos e das garantias de direitos humanos no mundo.

A China e os países da ALC representam cerca de 1/5 área de terra, e quase 1/3 da população mundial, e ambos os lados têm a responsabilidade e a obrigação, bem como a base e as condições, de trabalhar juntos para enfrentar uma série de dificuldades e desafios dos direitos humanos mundial. O fortalecimento da cooperação em direitos humanos da a China e a ALC não só contribuirá para o progresso dos direitos humanos entre si, mas também terá um significado muito positivo para a promoção do desenvolvimento dos direitos humanos, e a melhoria dos direitos humanos globais nos países do Sul Global.

Olhando para o futuro, a Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da a China e a ALC deve: Primeiro, fortalecer o intercâmbio e a compreensão mútua de direitos humanos, formar mais consenso sobre direitos humanos;

Segundo, é opor-se à instrumentalização das questões de direitos humanos, e promover uma governança global de direitos humanos mais razoável e inclusiva; Terceiro, dar as mãos para promover o progresso dos direitos humanos, e se tornar um modelo de cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos no Sul Global.

I. Déficit de Governança Global de Direitos Humanos Exige Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da a China e a ALC

Fatores como hegemonia, política de poder, conflitos regionais, desaceleração do crescimento, mudança climática são uma ameaça às garantias de direitos humanos de todos os países no mundo atual, mergulhando o esforço mundial de direitos humanos em um déficit e em uma crise de governança de direitos humanos sem precedentes na era pós-guerra fria. Perante uma série de dificuldades e desafios na governança mundial dos direitos humanos, a China e os países da ALC têm de se apoiar e ajudar mutuamente, levar a cabo ativamente a cooperação de desenvolvimento dos direitos humanos e contribuir com programas e conhecimentos da a China e a ALC para a governança mundial dos direitos humanos.

1. Dificuldades e desafios na governança global de direitos humanos

As guerras e os conflitos são tragédias da sociedade humana, que não apenas atropelam diretamente os direitos de pessoas inocentes, como o direito à vida, mas também levam a graves crises humanitárias. As guerras e os conflitos geralmente desencadeiam uma série de crises, como crises de refugiados, de saúde, sociais, econômicas e políticas, que representam uma ameaça generalizada, e têm implicações de longo alcance para todos os direitos humanos.

Desde 2022, tem havido conflitos militares frequentes de todos os tamanhos em todo o mundo, com o conflito russo-ucraniano tomando uma direção cada vez mais preocupante, e o conflito palestino-israelense continuando a resultar em mortes de civis. Simultaneamente, a hegemonia e a política de poder intensificaram-se, os atropelos aos direitos humanos sob a bandeira dos direitos humanos e a interferência nos assuntos internos de outros países com questões de direitos

humanos generalizaram-se, tornando a situação internacional ainda mais volátil e instável, e os efeitos colaterais da guerra e do conflito continuam a surgir.

Em segundo lugar, o processo de redução da pobreza foi desacelerado, e o direito de viver e o direito de desenvolvimento foi corroído. O progresso na redução da pobreza em todo o mundo tem sido lento e altamente desigual, afetado por fatores como Covid-19 e guerras e conflitos. A última edição do Índice de Pobreza Multidimensional Global (MPI), lançado em julho de 2023 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) e pelo Centro de Estudos sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) da Universidade de Oxford, relata que 11 bilhão de pessoas, ou mais de 18% da população contada, vivem em pobreza multidimensional grave nos 110 países cobertos pelo índice.¹

A China acredita que a pobreza é o maior obstáculo para o cumprimento dos direitos humanos.² A erradicação da pobreza é uma garantia do direito de viver e do direito ao desenvolvimento, e fornece a base para a realização de todos os outros direitos humanos. A pobreza pode corroer diretamente o prazer do direito de viver. As pessoas pobres geralmente não têm acesso a alimentos, água e abrigo adequados, e suas necessidades básicas de sobrevivência não são atendidas. A pobreza pode impedir a realização do direito ao desenvolvimento. As pessoas que vivem na pobreza têm dificuldade para obter os serviços médicos necessários e a garantia da saúde, e seu acesso à educação, às oportunidades de emprego e aos recursos culturais pode ser limitado. A pobreza também pode limitar o exercício dos direitos civis e políticos. Devido à sua desvantagem de acesso a informações e recursos políticos, os pobres geralmente estão sujeitos a muitas restrições ocultas à sua participação em atividades políticas, e seus direitos de votar, ser informado, participar e supervisionar não são adequadamente protegidos.

Em terceiro lugar, a mudança climática se intensificou, e o direito ambiental e direito à saúde é difícil de ser garantido de forma eficaz. Nos últimos anos, a mudança climática global se intensificou e

¹ UNDP, 2023 *Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Unstacking global poverty: Data for high impact action*. New York: UNDP Publishing, July 11, 2023, <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/2023mpireporten.pdf>, August 21, 2024.

² *The Communist Party of China and Human Rights Protection -- A 100-Year Quest*, June 2021, http://www.scio.gov.cn/zfbps/ndhf/2021n_2242/202207/t20220704_130680.html, August 21, 2024.

o aumento de condições climáticas extremas se tornou uma variável fundamental para a sobrevivência sustentável da humanidade. Em novembro de 2023, o Comissão Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou um estudo que mostrava que 2023 foi o ano mais quente, de que há registo desde o início dos registos humanos.¹ O relatório “Estado do Clima Global 2023” da Organização Meteorológica Mundial (WMO) mostra que a temperatura média próxima da superfície em 2023 está cerca de 1,45 graus Celsius acima da linha de base pré-industrial (1850-1900) devido às mudanças climáticas e ao El Niño, entre outros fatores.²

O impacto da mudança climática nos direitos humanos é amplo e de longo alcance. Muitos estudos já demonstraram que o aumento do aquecimento global terá um impacto adverso significativo na sobrevivência e no desenvolvimento humano. Comissão Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Conselho de Direitos Humanos, na sua resolução 41/21, concluíram que as mudanças climáticas ameaçarão direta ou indiretamente o pleno e efetivo gozo de uma série de direitos humanos pelas pessoas em todo o mundo, incluindo o direito à vida, o direito à água potável e ao saneamento, o direito à alimentação, o direito à saúde, o direito à habitação, o direito à autodeterminação, o direito à cultura, o direito ao trabalho e o direito ao desenvolvimento.³ 2024, um relatório publicado pelo Health Effects Institute, uma organização de pesquisa sediada nos Estados Unidos, escrito e publicado em colaboração com a Fundação das Nações Unidas para a Infância, mostra que a poluição do ar é responsável por 8,1 milhões de mortes em todo o mundo em 2021. Já é o segundo maior fator de risco de morte em todo o mundo e representa uma enorme ameaça à saúde dos idosos e das crianças em particular.⁴

Em quarto lugar, o unilateralismo é desenfreado, e a governança global de direitos humanos está fora de equilíbrio. No mundo de hoje, a governança global de direitos humanos é caracterizada

¹ IPCC, *Climate Change 2023: Synthesis Report*, Geneva: IPCC Publishing, March 20, 2023, pp. 35-115. https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf, August 21, 2024.

² WMO, *State of the Global Climate 2023*, Geneva: WMO Publishing, April 23, 2024, <https://library.wmo.int/records/item/68835-state-of-the-global-climate-2023>, August 21, 2024.

³ UN Human Rights Council, *Resolution adopted by the Human Rights Council on 12 July 2019*, Geneva: UN Human Rights Council, July 12, 2019, <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g19/223/65/pdf/g1922365.pdf>, August 21, 2024.

⁴ Health Effects Institute, *State of Global Air 2024*, Boston:Health Effects Institute Publishing, June 19, 2024, https://www.stateofglobalair.org/sites/default/files/documents/2024-06/soga-2024-report_0.pdf, August 21, 2024.

por muitos fenômenos injustos e irracionais, e alguns países impuseram seus próprios modelos de direitos humanos a outros, desencadeando uma série de desastres de direitos humanos e crises humanitárias. Nos mecanismos das Nações Unidas para os direitos humanos, os países do Sul global estão sub-representados e têm uma voz fraca, e alguns também exercem pressão sobre Conselho dos Direitos Humanos através de meios diplomáticos, econômicos e políticos, dificultando o foco de sua agenda e atenção na resolução de questões genuínas de direitos humanos. Alguns países abusaram da questão dos direitos humanos, politizaram e armaram os direitos humanos, transformando-os num meio de sanções unilaterais contra outros países, num instrumento de violação da soberania e numa capa para privilégios hegemônicos, pondo assim seriamente em causa a equidade e a imparcialidade da governança mundial dos direitos humanos.

2. Necessidade e possibilidade de cooperação para desenvolvimento de direitos humanos da a China e a ALC

O déficit cada vez maior da governança global de direitos humanos exige que o grande número de países do Sul global fortaleça ainda mais sua solidariedade e levante suas vozes, proponha soluções e contribua com sabedoria para melhorar a governança global de direitos humanos. Não há dúvida de que os países do Sul global, representados pela China e pelos países da ALC, estão se tornando uma força importante no desenvolvimento dos direitos humanos e da governança global de direitos humanos no mundo, e certamente desempenharão um papel fundamental ao lidar com os desafios da governança global de direitos humanos, como fome, pobreza, guerra, terrorismo, poluição ambiental, mudança climática e assim por diante.

Como as forças econômicas, políticas e culturais da China e dos países da ALC continuam a crescer, o papel de ambos os lados na governança internacional de direitos humanos está se tornando cada vez mais proeminente. Em nível conceitual, a China apresentou o conceito de uma comunidade de destino humano, bem como a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global e outros conceitos e propostas importantes, como "salvaguardar os direitos humanos por segurança", "promover os direitos humanos por desenvolvimento" e "promover os direitos humanos por cooperação". A insistência da China no direito de viver e

ao desenvolvimento como o primeiro e principal direito humano básico, e a promoção do desenvolvimento livre e abrangente dos humanos como o valor mais elevado a ser perseguido dos direitos humanos, está a ganhar cada vez mais apoio em todo o mundo. No nível prático, a China continuou a fazer avanços em combate à pobreza e à corrupção, bem como no controle da poluição e na proteção ambiental, e promoveu ativamente intercâmbios e cooperação em vários campos, incluindo questões de direitos humanos, e fortaleceu continuamente a construção de plataformas. Os países da ALC também defendem ativamente o direito ao desenvolvimento, e o conceito regional de direitos humanos está a tornar-se mais integrado, abrangente e coordenado, contribuindo gradualmente para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) das Nações Unidas, incluindo vários objetivos em matéria de direitos humanos, como a erradicação da pobreza e a eliminação da fome, através do reforço da cooperação Sul-Sul e dos mecanismos de desenvolvimento regional, entre outros. A China e os países da ALC chegaram cada vez mais a um consenso sobre o conceito e o plano de ação para o desenvolvimento dos direitos humanos, e o conteúdo da sua cooperação de desenvolvimento dos direitos humanos tornar-se-á mais colorido.

Pode-se observar que a China e os países da ALC, como forças importantes no cenário mundial, precisam e podem trabalhar juntas para enfrentar uma série de dificuldades e desafios dos direitos humanos globalmente, construir um consenso sobre o desenvolvimento dos direitos humanos na Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da a China e a ALC, aprimorar suas próprias garantias de direitos humanos, aumentar continuamente a voz dos países do Sul global na governança global de direitos humanos, e contribuir para a governança mundial dos direitos humanos e para o desenvolvimento saudável dos direitos humanos.

II. Análise do Desenvolvimento e Intercâmbio e Cooperação para de Direitos Humanos da a China e a ALC

A China e os países da América Latina e do Caribe há muito tempo atribuem importância ao desenvolvimento de seus próprios direitos humanos e fizeram progressos evidentes no nível de proteção dos direitos humanos. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas da a China e a ALC nas décadas de 1970 e 1980, os intercâmbios e a cooperação em direitos humanos entre os dois lados progrediram repetidamente. As duas partes não apenas forjaram uma série de consensos sobre direitos humanos em seus intercâmbios e consultas, mas também promoveram o progresso e o desenvolvimento da causa dos direitos humanos de ambas as partes por meio da cooperação prática em vários campos. Ao mesmo tempo em que aprimoram o entendimento bilateral e a confiança mútua em relação aos direitos humanos, a China e a América Latina deram importância à maximização da solidariedade com todas as partes, especialmente com os países do “Sul global”, e fizeram contribuições positivas para o aprimoramento da governança global dos direitos humanos.

1. Progresso significativo no desenvolvimento dos direitos humanos

Nos últimos anos, a China e muitos países da ALC têm progredido continuamente no desenvolvimento de seus próprios direitos humanos. Ao enfatizar os esforços para garantir a capacidade das pessoas de conquistar os direitos humanos, a China e muitos países da ALC priorizaram a eliminação da pobreza, o desenvolvimento econômico, a equidade e a justiça social e o desenvolvimento verde no desenvolvimento dos direitos humanos..

A China pratica o conceito de promoção dos direitos humanos por desenvolvimento, insistindo que o desenvolvimento é para

o povo, o desenvolvimento depende do povo e os frutos do desenvolvimento são compartilhados pelo povo. Após décadas de acumulação e desenvolvimento contínuos, os padrões de vida do povo chinês aumentaram substancialmente, e a pobreza absoluta foi fundamentalmente eliminada até o final de 2020, e o direito de viver do mais amplo povo foi salvaguardado. Desde a reforma e a abertura da China, 770 milhões de pessoas pobres da zona rural saíram da pobreza; de acordo com os padrões internacionais de pobreza do Banco Mundial, a redução da pobreza na China foi responsável por mais de 70% da redução da pobreza global no mesmo período.¹

A China agora está se esforçando para estender ainda mais os frutos da economia para a maioria das pessoas por meio da revitalização rural, aumentando a proteção dos meios de subsistência e elevando a renda das famílias de renda média-baixa, elevando assim continuamente o nível de desenvolvimento dos direitos humanos para o maior número possível de pessoas. Em 2023, o PNB da China será de cerca de US\$ 17.8 trilhões, e seu PNB per capita será de cerca de US\$ 12 614, aumentar a capacidade científica, tecnológica e industrial, e a criar condições económicas, sociais e culturais mais favoráveis para o desenvolvimento global dos humanos.

Os países da ALC reconhecem plenamente os resultados do desenvolvimento da China, tendo o Presidente brasileiro Lula afirmado numa entrevista durante a sua visita de Estado à China em 2023 que a China é um exemplo impressionante de desenvolvimento; Sob a liderança do Partido Comunista da China, a China mostrou ao mundo como erradicar a pobreza absoluta com vontade política e ações eficientes, disse Ronnie Lins, diretor do Centro de Estudos da China no Brasil, que fez várias viagens de investigação às regiões chinesas da pobreza. Evandro Menezes de Carvalho, professor de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), diz que o rápido e extraordinário desenvolvimento econômico da China resultou da bem-sucedida política de reforma e abertura, e teve de ser acompanhado por uma política externa adequada. E, o conceito de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade é uma

¹ *Poverty Alleviation: China's Experience and Contribution*, Beijing: Foreign Languages Press, 2021, pp.58-59, <http://www.xinhuanet.com/english/download/2021-4-6/FullText.pdf>, August 21, 2024.

reinterpretação do universalismo no estilo ocidental e pode inaugurar uma nova era de iluminação mundial.¹

Os países da América Latina e do Caribe vêm atribuindo grande importância aos direitos humanos há muito tempo. Em 1978, Convenção Americana sobre Direitos Humanos, acordada por 12 países dos Estados Latino-Americanos, entrou em vigor. Nos últimos anos, os países da América Latina e do Caribe continuaram a explorar caminhos de desenvolvimento adequados às suas próprias condições, com um foco maior na proteção e na melhoria dos meios de subsistência das pessoas, na promoção da igualdade social e na elevação dos padrões de vida dos grupos de baixas renda. Muitos países da ALC introduziram uma série de medidas proativas para a redução da pobreza, obtendo resultados positivos.

Por exemplo, o Chile vem implementando programas de longo prazo para reduzir a pobreza e alcançou resultados notáveis. Em 2023, o PIB per capita do Chile alcançou US\$ 17.093 e, de 1983 a 2023, o Chile teve um crescimento econômico real de 252%; em 2022, a taxa de pobreza do Chile, medida pelo padrão do Banco Mundial de 3,65 dólares internacionais por pessoa por dia (na PPP de 2017), caiu para 1%, o que significa que a pobreza extrema quase desapareceu no Chile.² Muitas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a OCDE, etc., veem o Chile como um ótimo modelo para os esforços de redução da pobreza no mundo.³ Além disso, de acordo com documentos relevantes do Banco Mundial, o México também registrou um declínio significativo na pobreza desde 2020.⁴ Além disso, em 2023, o governo brasileiro estabeleceu pela primeira vez o Ministério dos Povos Indígenas. O Brasil também tem o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, etc., para proteger os

¹ E.M. Carvalho, *China's Diplomacy Promotes a Human Community with a Shared Future*, March 8, 2021, <http://www.evandrocarvalho.com.br/chinas-diplomacy-promotes-a-human-community-with-a-shared-future>, August 21, 2024.

² World Bank Group, World Bank Open Data, <https://data.worldbank.org>, August 21, 2024.

³ P. Garda and J. Arnold, *Towards lower poverty and inequality in Chile: Strengthening social protection and job quality*, in *OECD Economic Surveys: Chile 2022*, 2024, Paris: OECD Publishing, <https://doi.org/10.1787/311ec37e-en>, August 21, 2024.

⁴ World Bank, *Mexico Macro Poverty Outlook*, 2024, Washington, D.C.: World Bank Group, <http://documents.worldbank.org/curated/en/099702204042461973/IDU1dfa02ba01dfa114ea41ad16171bd9b08c6ec>, August 21, 2024.

direitos de diferentes grupos.

Para além de se centrarem no direito ao desenvolvimento e direito de viver, nos últimos anos os países da ALC têm também prestado mais atenção ao direito ambiental, representado pela garantia ambiental e pelo desenvolvimento verde. De acordo com o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) “O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2023”, a região atraiu investimentos em energias renováveis num total de mais de US\$ 170 bilhões entre 2005 e 2022, o que representa 3º lugar na classificação total da indústria.¹ Em novembro de 2023, o governo Lula do Brasil lançou o Plano de Transformação Ecológica, estabelecendo metas mais ambiciosas, comprometendo-se com uma redução de 48% nas emissões até 2025, e uma redução de 53% até 2030.

2. Os intercâmbios de direitos humanos reúnem muitos consensos

Nos últimos anos, a China e os países da ALC se realizaram ativamente consultas e intercâmbios sobre questões de direitos humanos, formulando mais consensos sobre direitos humanos. Por plataformas e mecanismos como Conselho dos Direitos Humanos, intercâmbios e consultas bilaterais sobre direitos humanos e fóruns de direitos humanos, a China e os países da ALC trocaram opiniões sobre filosofia dos direitos humanos, progresso dos direitos humanos, situação internacional dos direitos humanos e cooperação de desenvolvimento dos direitos humanos nos muitos mecanismos e vários níveis, melhorando entendimento mútuo, coordenação e cooperação sobre assuntos de direitos humanos.

Em primeiro lugar, a China e os países da ALC concordam que cada país deve seguir um caminho de desenvolvimento dos direitos humanos que se adapte às suas próprias realidades. Por razões históricas e práticas, o desenvolvimento dos direitos humanos nos maiores países foi influenciado pelos países ocidentais, mas recursos naturais, história do desenvolvimento e cultura de cada país

¹ ECLAC, *Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2023*, Santiago: ECLAC Publishing, 2023, p.16, <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/fd2ce029-2846-4900-a0e6-14818f6191b3/content>, August 21, 2024.

são diferentes, e filosofia e programas ocidentais de direitos humanos geralmente não são adequados às condições locais.

Portanto, respeito mútuo pela realidade e pela diversidade histórica e cultural é pré-requisito importante para cooperação de desenvolvimento dos direitos humanos, e não existe um modelo padrão para governança de direitos humanos; os países devem compreender plenamente e permitir que cada um escolha independentemente caminho de desenvolvimento dos direitos humanos, de acordo com suas próprias condições nacionais atuais, para realizar, em última instância, o nobre objetivo dos direitos humanos para cada uma pessoa.

Em muitas ocasiões, incluindo Conselho dos Direitos Humanos, a China e os países da ALC reafirmaram repetidamente: deve-se respeitar o direito de cada país escolher seu próprio caminho de desenvolvimento, de acordo com suas condições nacionais. Em 2014, a Reunião de Líderes China-países da ALC foi realizada em Brasília, na qual vários participantes emitiram a Declaração Conjunta da Reunião de Líderes China-países da ALC, que enfatiza: “reafirmar pleno respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e ao direito internacional, apoiar solução pacífica de controvérsias, buscar desenvolvimento por cooperação internacional, opor-se a usar ou à ameaça de usar força, respeitar autodeterminação, soberania, integridade territorial, aderir à não interferência nos assuntos internos e à governança de direito, e comprometer-se com proteger promover direitos humanos”.¹

Em segundo lugar, a China e os países da ALC acreditam que a falta do direito de viver e do direito ao desenvolvimento dificulta a realização bem-sucedida de outros direitos humanos. Tanto a China quanto os países da ALC valorizam a importância do direito de viver e direito ao desenvolvimento na garantia de direitos humanos, e acreditam que a grande maioria dos países do Sul global precisa urgentemente priorizar seu próprio direito de viver e direito ao desenvolvimento.

Em 2017, o primeiro Fórum Sul-Sul de Direitos Humanos foi realizado em Pequim, com a participação de vários países dos Estados

¹ *Joint Statement on China-Latin America and the Caribbean Summit in Brasilia*, July 18, 2014, https://www.gov.cn/xinwen/2014-07/18/content_2719810.htm, August 21, 2024.

Latino-Americanos, e a Declaração de Pequim, discutida e aprovada na conferência, propôs explicitamente "promover desenvolvimento por cooperação, promover direitos humanos por desenvolvimento, e se esforçar para alcançar garantias mais plenas de direitos humanos"¹. Na 50ª Referência do Conselho dos Direitos Humanos em 2022, Cuba, em nome de 69 países, fez declaração conjunta afirmando que "deve ser dada igual atenção a todos os tipos de direitos humanos, com ênfase especial nos direitos ESC e no direito ao desenvolvimento"². Em 2023, na Cúpula do G77 + China em Havana, os delegados aprovaram por consenso a Declaração de Havana, e consideraram que "ciência, tecnologia e inovação oferecem oportunidades para pleno gozo dos direitos humanos, incluindo direito ao desenvolvimento, para todos"³.

Em terceiro lugar, a China e os países da ALC são claro que os países do Sul global precisam trabalhar juntos para desempenhar um papel importante na governança mundial dos direitos humanos. Em 2017, a Declaração de Pequim afirma que "a cooperação Sul-Sul é meio importante de promover desenvolvimento e progresso dos direitos humanos para países em desenvolvimento". Em maio de 2024, a China e o Brasil com a emissão do "Entendimentos Comuns entre a China e o Brasil sobre uma Resolução Política para a Crise da Ucrânia"⁴, até o momento, mais de 100 países e organizações internacionais responderam positivamente, ou aderiram ao Consenso, levantaram suas vozes construtivas juntamente para a paz mundial.⁵

¹ SSHRF, *Beijing Declaration* (Adopted by the First South-South Human Rights Forum), December 8, 2017, http://english.scio.gov.cn/scionews/2017-12/11/content_50096884.htm, August 21, 2024.

² *Joint Statement Delivered by Cuba on Behalf of 69 Countries at the 50th session of the Human Rights Council*, June 14, 2022, https://geneva.china-mission.gov.cn/eng/dbdt/202206/t20220616_10703983.htm, August 21, 2024.

³ *Letter dated 26 September 2023 from the Representative of Cuba to the United Nations (Group of 77 and China) addressed to the Secretary-General*, September 28, 2023, <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n23/285/17/pdf/n2328517.pdf>, August 21, 2024.

⁴ *Brazil and China present joint proposal for peace negotiations with the participation of Russia and Ukraine*, May 23, 2024, <https://www.gov.br/planalto/en/latest-news/2024/05/brazil-and-china-present-joint-proposal-for-peace-negotiations-with-the-participation-of-russia-and-ukraine>, August 21, 2024.

⁵ According to the data provided by the Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China on June 11, 2024, see https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/fyrbt/lxjzh/202407/t20240730_11463236.html, August 21, 2024.

3. Diversas cooperação promover desenvolvimento dos direitos humanos

A Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC não é água sem fonte, mas se baseia na cooperação entre os dois lados em economia e comércio, social e meios de subsistência, assistência médica e de saúde, cultura e educação e ambiente ecológico. Ao expandir a cooperação Sul-Sul, a China e os países da ALC desempenharam um papel importante na consolidação e no aprimoramento do nível das garantias de direitos humanos, o que serve de lição para outros países do Sul Global.

A China e os países da ALC continuam a expandir sua cooperação econômica e comercial bilateral. A cooperação econômica e comercial se concentra no direito ao desenvolvimento, que tem um impacto direto no direito ao trabalho e na garantia do trabalho, e fornece uma base material para a prática de outros direitos humanos. As relações econômicas e comerciais entre a China e os países da ALC desenvolveram-se rapidamente na sequência do estabelecimento de relações diplomáticas.

Na década de 1970, a China assinou acordos comerciais com o Chile (1971), México (1973) e Argentina (1977). Entering the 21st century, China-LAC economic and trade cooperation entered a new phase. De acordo com as Perspectivas do Comércio Internacional para os países da ALC e as Caraíbas 2023 da ECLAC das Nações Unidas, o comércio bilateral de mercadorias entre a China e os países da ALC será de cerca de 5000 bilhões de dólares em 2022, 35 vezes mais do que em 2000 (veja a figura 1).¹

Desde 2012, a China tem-se posicionado de forma constante como o segundo maior parceiro comercial e a terceira maior fonte de investimento dos países da ALC, continuando a ser o principal parceiro comercial do Brasil, do Chile, do Peru e do Uruguai. Em 2023 e 2024, a China assinou acordos de livre comércio com a Nicarágua e o Equador, tornando-se um novo parceiro de livre comércio intrarregional depois

¹ ECLAC, *International Trade Outlook for Latin America and the Caribbean 2023. Structural change and trends in global and regional trade: challenges and opportunities*, Santiago: ECLAC Publishing, 2023, p.85, <https://hdl.handle.net/11362/68664>, August 21, 2024

do Chile, Peru e Costa Rica. Até agosto de 2024, a China assinou memorandos de entendimento da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) com 22 dos 26 países da ALC que estabeleceram relações diplomáticas com a China. A cooperação entre a China e a ALC na BRI tem sido frutífera, e a cooperação na BRI agora tem mais potenciais e um futuro promissor.

A cooperação econômica e comercial de longo prazo da China e países da ALC não só criou uma grande quantidade de riqueza material, empregos e oportunidades de treinamento de recursos humanos, mas também estabeleceu uma base sólida de confiança mútua para a cooperação em outras áreas.

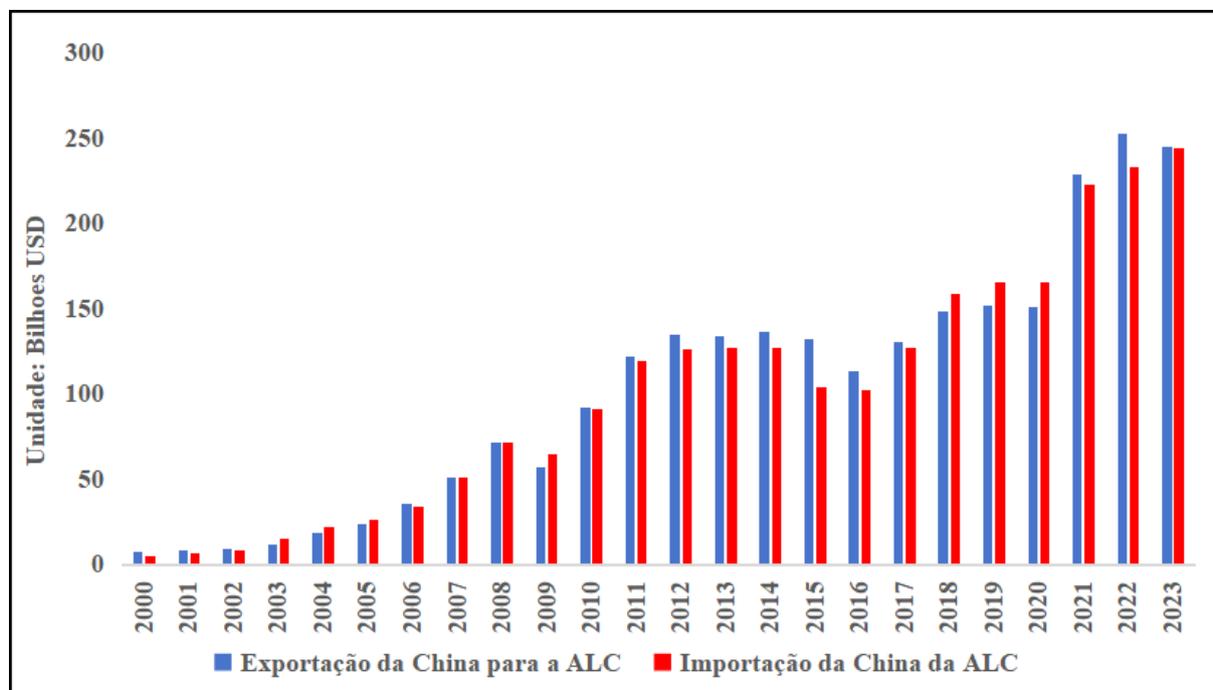


Figura 1 Valor de importação e exportação de mercadorias da China com os países da América Latina e do Caribe, 2010-2023

A China e os países da ALC estão cooperando ativamente na subsistência das pessoas. A cooperação na subsistência das pessoas se concentra no direito de viver, que abrange o direito à segurança alimentar, à segurança da água potável, à educação obrigatória, ao atendimento básico de saúde, à garantia habitacional e ao direito à vida, à saúde e a um padrão básico de vida para os pobres, bem como o direito à seguridade social e os direitos e interesses de grupos específicos. Nos últimos anos, a China tem compartilhado ativamente sua experiência prática em redução da pobreza com os países da ALC,

fornecendo consultoria política sobre redução da pobreza, e realizando projetos de demonstração. A China e os países da ALC contribuíram ativamente para a redução da pobreza por cooperação agrícola, A China e a ALC convocaram com sucesso o Fórum Ministerial China-CELAC sobre Agricultura três vezes. até 2024, a China estabeleceu mecanismos bilaterais de cooperação agrícola com 19 países da ALC, e o volume do comércio agrícola da China e países da ALC dobrou em relação a uma década atrás.¹

A China e os países da ALC continuam a cooperar no setor de saúde. A cooperação em saúde está diretamente relacionada ao direito à vida e ao direito à saúde das pessoas.

Desde 1963, quando a primeira equipe de ajuda médica estrangeira foi enviada, a China tem estendido repetidamente a mão da vida e da amizade a muitos países da ALC.² Nos últimos anos, a China e os países da ALC têm se empenhado profundamente na cooperação em pesquisa e produção de produtos farmacêuticos e suprimentos médicos, por exemplo, em março de 2019, a China e Cuba estabeleceram uma estrutura de cooperação tridimensional que inclui departamentos governamentais, institutos de pesquisa científica e empresas parceiras, com cooperação em uma variedade de campos que vão desde a produção de medicamentos até a pesquisa farmacêutica, saúde pública e gestão de leis e regulamentos sobre medicamentos, e mais de 20 projetos importantes.

Diante de Covid-19, a China e os países da ALC aprofundaram a cooperação em pesquisa científica sobre prevenção e controle, para construir uma defesa de saúde pública e segurança. Em 5 de agosto de 2021, a China e vários países da ALC assinaram juntos uma declaração conjunta do Fórum Internacional sobre Cooperação de Vacinas de Covid-19, para realizar conjuntamente experimentos, pesquisa e desenvolvimento e produção de novas vacinas, medicamentos e

¹ According to the data provided by the Ministry of Agriculture and Rural Affairs of the People's Republic of China on June 25, 2024, see <https://www.chinanews.com.cn/cj/2024/06-25/10240241.shtml>, August 21, 2024.

² National Health Commission of the People's Republic of China: *The 60th Anniversary of China's Dispatch of Medical Aid Teams to Foreign Countries: 1963-2023*, 2023, <http://www.nhc.gov.cn/gjhzs/zgpqywls/ywlszn.shtml>, August 21, 2024.

equipamentos médicos etc.¹ Até março de 2022, a China forneceu cumulativamente quase 4 bilhões de doses de vacinas e quase 4 bilhões de peças de materiais antiepídêmicos a dezenas de países da ALC, para proteger a vida e a saúde da população local contra violações.²

A China e os países da ALC continuam a desenvolver a cooperação cultural e educacional. A cooperação cultural e educacional facilita o cumprimento do direito humano à educação e à participação na vida cultural.

Em julho de 2014, durante a sua visita à América Latina, o Presidente Xi Jinping apresentou a iniciativa de realizar o “Ano de Intercâmbios Culturais da China e países da ALC”, em 2016, o “Ano de Intercâmbios Culturais da China e países da ALC” foi realizado em quase 30 países em simultâneo, com cada país a apresentar conjuntamente as realizações do património e do desenvolvimento nos domínios da arte, literatura, relíquias culturais, cinema, turismo etc. Enriqueceram muito a compreensão mútua dos intercâmbios humanísticos. Até agosto de 2024, a China estabeleceu 50 Institutos Confúcio e 15 Aulas Confúcio nos Estados Latino-Americanos. Nos próximos dois anos, a China também fornecerá 5 000 bolsas de estudo governamentais e 3 000 vagas de treinamento para países da ALC during 2022-2024, e assinará acordos de intercâmbio de bolsas de estudo com vários países latino-americanos e das Caraíbas, para que mais estudantes possam ampliar seus horizontes, aumentar seus conhecimentos e aproveitar os dividendos do desenvolvimento das relações da China e países da ALC.

A China e os países da ALC expandiram sua cooperação em gestão ecológica e ambiental. A cooperação em governança ecológica e ambiental para proteger os direitos ambientais da população, é a chave para conciliar as diferenças no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Nos últimos anos, os países da ALC têm-se preocupado cada vez mais com as questões ambientais, e tornaram-se mais rigorosos nos seus requisitos para tornar mais

¹ *Joint Statement of the International Forum on COVID-19 Vaccine Cooperation*, August 5, 2021, http://www.xinhuanet.com/english/2021-08/05/c_1310110373.htm, August 21, 2024.

² *State Councilor and Foreign Minister Wang Yi Meets the Press*, https://wb.beijing.gov.cn/home/wswm/yyhj/fyyd/202203/t20220317_2633319.html, August 21, 2024.

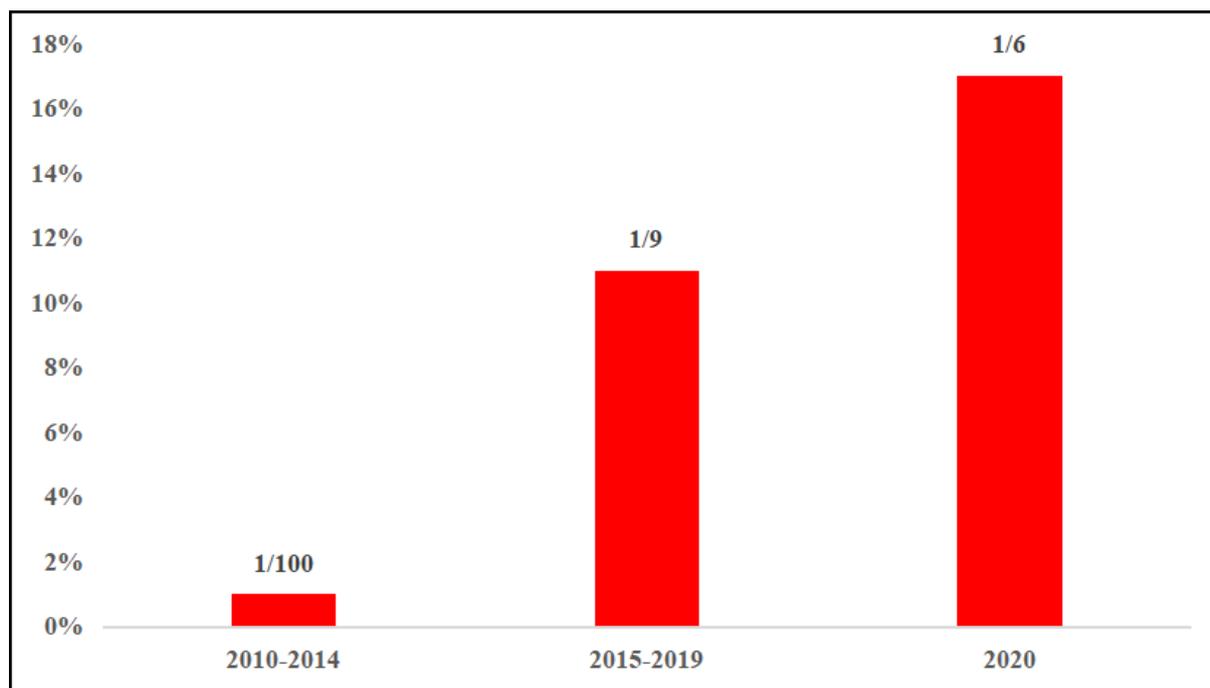


Figura 2 Proporção projetos de energia sustentável no número total de investimentos da China na ALC, 2005-2020

Fonte: CEPAL

ecológica a extração de minerais (veja a figura 1),¹ a produção industrial e a construção de infraestruturas nos países da ALC.

Por exemplo, em 2020, a empresa chinesa de veículos elétricos BYD lançou sua fábrica de baterias de energia em Manaus, Amazonas, no Brasil, e sua base de complexo de fabricação em Salvador, Bahia, que deverá entrar em produção entre o final de 2024 e o início de 2025. Em 2023, a China Railway No.9 Group Co., Ltd Dalian Branch concluiu o projeto de construção de uma fábrica de baterias na Bolívia, marcando a entrada do país na industrialização do lítio. Atualmente, a China Southern Power Grid Co., Ltd está envolvida na construção da primeira linha de transmissão de corrente contínua de alta tensão (HVDC) do Chile, com uma extensão de 1.350 quilômetros, que deverá criar pelo menos 5.000 empregos localmente. Esse também é o maior projeto de investimento greenfield da empresa no exterior até o momento. A China e muitos países da ALC também celebraram uma série de acordos relacionados com o desenvolvimento ecológico, como a Iniciativa de Parceria para Desenvolvimento Ecológico “Uma Faixa, Uma Rota” e a Declaração

¹ ECLAC, *Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean 2021*, Santiago: ECLAC Publishing, 2021, p.99, <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/46b412b1-e939-4b20-8c2f-dade9809865b/content>, August 21, 2024.

Conjunta China-Brasil sobre o Combate às Alterações Climáticas, na esperança de permitir que mais pessoas de ambos os lados e de todo o mundo vivam e trabalhem num ambiente mais confortável e bonito.

4. Trabalham juntas para melhorar governança global de direitos humanos

Nos últimos anos, a China e a ALC têm liderado ativamente a criação de agendas internacionais de direitos humanos, defendendo uma agenda mais justa, equitativa, razoável e inclusiva, opondo-se ao uso dos direitos humanos como uma ferramenta para o unilateralismo e o comportamento hegemônico e apoiando o funcionamento imparcial e objetivo das organizações de direitos humanos das Nações Unidas. O envolvimento e as contribuições da China e da ALC para a governança global dos direitos humanos têm aumentado constantemente.

Em primeiro lugar, a China e os países da ALC estão ativamente envolvidas no estabelecimento de questões internacionais de direitos humanos. Em 1977, Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (atual Conselho de Direitos Humanos), promovida por uma ampla gama de países do Sul global, incluindo a China e os países da ALC, consagrou pela primeira vez o direito ao desenvolvimento como um direito humano fundamental. Em 1986, a Assembleia Geral das Nações Unidas resolveu adotar a “Declaração de Direito ao Desenvolvimento”, enfatizando que todos os países do mundo deveriam ter direito ao desenvolvimento, com a China e 24 países latino-americanos votando a favor. Em 2023, o Conselho dos Direitos Humanos adotou por consenso uma resolução sobre a “Promoção e Proteção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Contexto da Eliminação das Desigualdades”¹, patrocinada pela China e copatrocinaada por 80 países, incluindo muitos países latino-americanos, que destaca os esforços e as perspectivas de cooperação da China e países da ALC no desenvolvimento dos direitos humanos no mundo.

Em segundo lugar, a China e a ALC têm defendido uma governança global de direitos humanos mais justa, equitativa, razoável e inclusiva. A

¹ UN Human Rights Council, *Promoting and protecting economic, social and cultural rights within the context of addressing inequalities*, Geneva: UN Human Rights Council, 2023, <https://documents.un.org/doc/undoc/ltid/g23/205/40/pdf/g2320540.pdf>, August 21, 2024.

China e os países da ALC defendem uma voz e uma participação mais igualitárias na governança dos direitos humanos globais, como uma participação mais igualitária na eleição dos membros do Conselho dos Direitos Humanos, na definição de questões, no processo de votação etc., e uma melhor representação do Sul global no Conselho de Direitos Humanos; Apela aos órgãos multilaterais de direitos humanos, como o Conselho dos Direitos Humanos, para que possam considerar as questões de direitos humanos de maneira mais imparcial, objetiva, razoável, universal e inclusiva, para que se oponham à politização e aos padrões duplos das questões de direitos humanos, e para que reduzam o confronto e promovam a cooperação. A China também apoiou a reforma dos Órgãos de Tratados de Direitos Humanos das Nações Unidas, a fim de facilitar o seu funcionamento em conformidade com os respectivos mandatos, e desenvolver o diálogo e a cooperação com os países com base no respeito mútuo; Defendeu a convocação de reuniões especiais sobre questões importantes, como segurança alimentar e mecanismos financeiros internacionais, e promoveu ativamente o aprimoramento dos mecanismos internacionais de direitos humanos.

Terceiro, a China e a ALC rejeitam o uso dos direitos humanos como uma ferramenta para o unilateralismo ou comportamento hegemônico. A China e os países da América Latina e do Caribe concordam que, embora a promoção e a proteção dos direitos humanos sejam uma meta compartilhada da sociedade humana, todos os lados devem dialogar e se comunicar com base na igualdade, nos benefícios mútuos e no respeito mútuo, e trabalhar juntos para enfrentar desafios comuns, em vez de usar os direitos humanos como pretexto para um comportamento hegemônico.

Ao lidar com assuntos internacionais em arenas internacionais, como Nações Unidas, a China e os países da ALC estão cada vez mais assumindo posição firme contra interferência externa. Durante muito tempo, os representantes dos Estados Latino-Americanos propuseram repetidamente na Assembleia Geral das Nações Unidas "encerrar o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos EUA contra Cuba", e enfatizaram repetidamente rejeição à politização das questões de direitos humanos e aos padrões duplos. A China tem repetidamente rejeição a interferir nos assuntos internos da países através de direitos humanos, no Conselho dos Direitos Humanos, e tem solicitado cancelar medidas coercitivas unilaterais contra países.

III. Perspectivas Futuras da Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC

Desde 1945, quando a Carta das Nações Unidas estabeleceu "o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais" como o objetivo das Nações Unidas, os direitos humanos se tornaram um dos elos mais importantes no fortalecimento da cooperação internacional. A cooperação entre a China e a ALC para o desenvolvimento dos direitos humanos é uma parte importante da cooperação Sul-Sul, profundamente enraizada na história e na realidade, mostrando perspectivas promissoras para o futuro. Atualmente, a China está fazendo esforços conjuntos para promover a modernização chinesa, e os países da ALC estão se esforçando mais para aumentar a unidade e a autonomia.

Olhando para o futuro, a China e os países da ALC certamente promoverão melhor suas próprias garantias de direitos humanos e desenvolvimento, forjarão mais consenso sobre questões de direitos humanos, e farão mais vozes e ideias do Sul global na arena internacional de direitos humanos, de modo a fazer maiores contribuições para a governança global de direitos humanos.

1. Fortalecer intercâmbio e compreensão mútua de direitos humanos, formando mais consenso sobre direitos humanos

A interoperabilidade conceitual, ou seja, intercâmbio e compreensão mútua de direitos humanos da China e países da ALC, exige que ambas as partes tenham clareza sobre as importantes agendas de direitos humanos para cada uma delas e para o mundo. Por exemplo, os discursos e as normas internacionais de direitos humanos dominados pelo discurso de alguns países desenvolvidos são apropriados para o Sul global? A filosofia externa de direitos humanos e práticas de desenvolvimento de direitos humanos realmente melhorou a situação local de direitos humanos de forma fundamental? Se

essas questões puderem ser analisadas em profundidade e de forma pragmática, e os mecanismos por trás delas puderem ser claramente explicados e um consenso for alcançado, será possível formar uma cooperação mais forte da China e países da ALC, e até mesmo uma cooperação global mais ampla para o desenvolvimento dos direitos humanos.

A superação das diferenças, ou seja, intercâmbio e compreensão mútua de direitos humanos da China e países da ALC devem continuar a aderir à ideologia de tratar uns aos outros como iguais, respeitar uns aos outros, estar em harmonia e não em desacordo, dialogar, mas não confrontar, e estabelecer parcerias, mas não se alinhar. A Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC é uma parte importante da cooperação Sul-Sul. As garantias e desenvolvimento de direitos humanos da China e países da ALC têm universalidade e particularidade, e há certas diferenças nos mecanismos de garantias de direitos humanos da China e países da ALC, o que objetivamente exige que ambos os lados se esforcem mais no processo de entendimento mútuo e construção de consenso, e precisam refletir o ecletismo e a inclusão entre os dois lados.

A construção conjunta de mecanismos de intercâmbio, ou seja, a atualização das plataformas existentes, a construção de novas plataformas, e a promoção da formação de uma plataforma regional para o diálogo sobre direitos humanos da China e países da ALC. No futuro, tanto a China quanto a ALC podem fazer pleno uso dos mecanismos existentes, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, as consultas bilaterais sobre direitos humanos, o Fórum de Direitos Humanos de Pequim, o Fórum de Direitos Humanos Sul-Sul (SSHRRF), o Fórum sobre Governança Global de Direitos Humanos e o Fórum China-CELAC (CCF), para aumentar a frequência e a escala da comunicação sobre direitos humanos entre a China e a ALC.

Considerando as muitas áreas de consenso na Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC, pode aprimorar a formação de um mecanismo para um diálogo regional de alto nível sobre direitos humanos da China e países da ALC o mais rápido

possível, e expandir a escala e o escopo do diálogo sobre questões de direitos humanos.

2. Opor-se à instrumentalização das questões de direitos humanos, lutar por uma governança global de direitos humanos mais justa, equitativa, razoável e inclusiva

A China e os países da ALC opõem-se à instrumentalização e à armação das questões de direitos humanos, e apoiaram-se mutuamente em muitas ocasiões internacionais, para defender o multilateralismo e a equidade na governança mundial dos direitos humanos. No futuro, a China e os países da ALC devem continuar a consolidar as conquistas da cooperação existente em direitos humanos, participar ativamente nos assuntos de direitos humanos das Nações Unidas, e promover a construção de um mecanismo de cooperação internacional multilateral de direitos humanos mais justa, equitativa, razoável e inclusiva.

Em primeiro lugar, devemos nos unir contra a interferência política ou soberana em nome dos direitos humanos. A China e os países da ALC podem promover a cooperação internacional de garantias de direitos humanos com base nos cinco princípios de coexistência pacífica, e respeito à diversidade do desenvolvimento dos direitos humanos. A China e os países da ALC devem trabalhar juntas em fóruns internacionais para se opor à politização das questões de direitos humanos e para evitar que os direitos humanos se tornem uma ferramenta para alguns países alcançarem seus interesses geopolíticos. Em particular, nos opomos a sanções unilaterais e até mesmo a intervenções armadas em nome dos direitos humanos, e nos opomos conjuntamente a sanções econômicas, financeiras e militares unilaterais irracionais que prejudicam os direitos humanos de outros países, de modo a proteger os direitos e interesses legítimos dos países do Sul global.

Em segundo lugar, a China e os países da ALC precisam trabalhar juntas para se oporem aos padrões duplos de direitos humanos. A aplicação de padrões duplos no campo dos direitos humanos levaria a um declínio na credibilidade de instituições como

as Nações Unidas. A China e os países da ALC devem se opor resolutamente aos padrões duplos de direitos humanos, esforçar-se para forjar o mais amplo consenso nacional possível, fortalecer o diálogo e a cooperação multilateral internacional, em conjunto, formular e implementar mecanismos justos de avaliação relacionados aos direitos humanos, de modo a dar maiores esforços e contribuições para tornar a governança mundial dos direitos humanos mais justa, equitativa, razoável e inclusiva.

Em terceiro lugar, a China e os países da ALC devem continuar a promover a reforma das instituições de governança mundial dos direitos humanos, e a reforçar continuamente a voz do Sul global na governança internacional dos direitos humanos. A China e os países da ALC apoiam e defendem o status e o papel das instituições de direitos humanos, como o Conselho dos Direitos Humanos, nas questões internacionais de direitos humanos, mas atualmente a governança internacional de direitos humanos sofre com um processo de governança não transparente e com a alocação insuficiente de recursos. A China e os países da ALC precisam trabalhar em conjunto com os países do Sul global para construir ainda mais um consenso e coordenar suas posições, aumentar gradualmente sua voz e influência na governança internacional de direitos humanos em termos de questões de direitos humanos, elaboração de regras e operação de mecanismos, e pressionar governança internacional de direitos humanos para uma direção mais justa e razoável.

3. Dar as mãos no desenvolvimento para avançar direitos humanos, e tornar-se um modelo de cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos no Sul global

A Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC deve sempre manter o conceito central de "promoção dos direitos humanos por desenvolvimento", e promover mutuamente direitos humanos de cada um por desenvolvimento conjunto. A China e os países da ALC precisam de alargar ainda mais o espaço de cooperação de desenvolvimento dos direitos humanos, no contexto do desenvolvimento económico conjunto, cooperação e desenvolvimento

de subsistência e intercâmbios humanísticos, de modo a tornarem-se um modelo de cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos entre outros países do Sul global e mesmo entre todos os países do mundo.

Tornar a realização do desenvolvimento econômico mútuo como base da Cooperação para Desenvolvimento de Direitos Humanos da China e países da ALC. A China e os países da ALC pertencem ao Sul Global, A aspiração compartilhada de independência, desenvolvimento e revitalização conecta intimamente o sonho Chinês com o sonho da ALC. Desde 2013, os líderes da China e dos países da ALC têm mantido estreitos intercâmbios, com o presidente Xi Jinping fazendo 5 viagens aos países dos ALC, recebendo vários líderes latino-americanos na China, e se reunindo em várias ocasiões bilaterais e multilaterais para vários consensos estratégicos.

Na visita à América Latina em julho de 2014, o presidente Xi Jinping apresentou conceitos de cooperação, como Comunidade de Destino da China e países da ALC, Estrutura de Cooperação "1+3+6"¹. Nos últimos dez anos, a cooperação e os intercâmbios da China e países da ALC em vários setores se tornaram cada vez mais frequentes, e as relações da China e países da ALC entraram em nova era de "igualdade, benefício mútuo, inovação, abertura e benefício para o povo". Olhando para futuro, a China e os países da ALC devem insistir em promover desenvolvimento por cooperação, promover direitos humanos por desenvolvimento, melhorar a cooperação em agricultura, mineração, logística, eletricidade, tecnologia da informação e outros setores, e explorar mais a cooperação em energia nova, aeroespacial, inteligência artificial e outras novas produtividades de qualidade.

Em 2023, líderes de dez países da ALC, incluindo Argentina, Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, Suriname, Uruguai e Venezuela, visitaram a China. Em abril de 2024, o primeiro "Fórum de Cooperação Espacial China-países da ALC" foi realizado com sucesso em Wuhan, China. Em agosto de 2024, o primeiro Fórum de Desenvolvimento China-América Latina e Caribe foi realizado com sucesso em Pequim. Essas séries de plataformas não apenas

¹ "1+3+6" Framework: "One Plan" (China-LAC Five-Year Cooperation Plan), "Three Engines" (Trade, Investment, Finance), and "Six Areas" (Energy and Resources, Infrastructure Construction, Agriculture, Manufacturing, Scientific and Technological Innovation, Information Technology).

promoveram a conexão entre a BRI e os planos de desenvolvimento regional da ALC, mas também promoveram a troca de opiniões e o entendimento mútuo entre as duas civilizações antigas.

Tornar a cooperação e o desenvolvimento nas áreas de seguridade social, médica, assistência e outros como prioridade da cooperação para o desenvolvimento dos direitos humanos. A garantia básica de subsistência e a garantia médica e de saúde básica são as questões mais importantes de subsistência, e é a base para a realização genuína de outros direitos humanos. Nos últimos anos, a China e os países da ALC fizeram grandes progressos nas duas principais garantias básicas, mas ainda há uma grande lacuna em relação aos países desenvolvidos. Da mesma forma, os dois lados devem promover ativamente a comunicação e o entendimento mútuo na construção de mecanismos para sistemas de garantia social, como pensões e médica, e cooperar em áreas nas quais cada lado tenha feito progressos significativos, de modo a proteger efetivamente a qualidade básica de vida das pessoas, com ênfase especial na garantia dos direitos e interesses de grupos específicos, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Estabelecer um mecanismo de cooperação médica da China e países da ALC, compartilhar recursos e tecnologias médicas, fortalecer o treinamento internacional de pessoal médico e melhorar o nível de saúde pública. A China e os países da ALC também podem colaborar em projetos de prevenção e controle de doenças, para enfrentar os desafios das doenças infecciosas e crônicas.

A comunicação e a cooperação no campo cultural entre as universidades e os think tanks da China e da ALC servem como uma plataforma importante para a cooperação no desenvolvimento dos direitos humanos. Devem ser feitos esforços para facilitar a comunicação cultural entre a China e os países da América Latina e do Caribe, promover efetivamente uma “conexão de corações” e aumentar a compreensão das ideias uns dos outros. Eles podem organizar eventos como o “Ano da Comunicação Cultural China-América Latina e Caribe” para promover a diversidade cultural e a inclusão; incentivar cursos relacionados aos idiomas de cada um para facilitar a compreensão e a comunicação cultural; apoiar a colaboração acadêmica entre instituições chinesas e da ALC em ciências sociais e direitos humanos para fornecer uma plataforma para explorar a teoria e a prática da proteção dos direitos humanos, impulsionando o progresso dessas políticas.



人大重阳
RDCY



中国人权研究会

China Society for Human Rights Studies (CSHRS)



地址：北京市西城区府右街力学胡同3号205室；邮编：100800

Add: Room205,3 Lixue Hutong, Fuyou St., Xicheng District, Beijing 100800, P.R.China

电话 /Tel: (86-10)66039125/55624019

传真 /Fax: (86-10)55624015

网址 /Website: www.humanrights-china.org

电子邮箱 /E-mail: chinahrs@hotmail.com

中国人民大学重阳金融研究院

Chongyang Institute for Financial Studies at Renmin University of China (RDCY)



地址：北京市海淀区中关村大街59号文化大厦6层；邮编：100872

Add: 6th Floor, Wenhua Building, No.59 Zhongguancun Street, Haidian District, Beijing 100872 P.R.China

电话 /Tel: (86-10)62516805

传真 /Fax: (86-10)62516305

网址 /Website: <http://rdcy.ruc.edu.cn>

电子邮箱 /E-mail: rdcy-info@ruc.edu.cn

巴西弗鲁米嫩塞联邦大学法学院

Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (FD-UFF)

Rua Presidente Pedreira, 62,ingá, 24210-510, Niterói/RJ

Tel.: (21)2629-9637/(21)2629-9631

E-mail: secretaria.esd@id.uff.br